

## ESPECIARIA

Cadernos de Ciências Humanas,  
v. 21, ano 2024 | ISSN: 2675-5432

# Retrato de uma doutrina colonial racista

## Entrevista

### **Breno Altman**

Jornalista, fundador de Opera Mundi e autor do livro “Contra o sionismo: retrato de uma doutrina colonial e racista”, publicado pela Alameda Editorial em 2023.

### **Entrevistadores/editores:**

#### **Prof. Dr. Ademar Bogo**

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6864-7113>

#### **Prof. Dr. Roberto Santos de Carvalho**

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9165-6413>



Aprovado em: 09/09/2024  
Publicado em: 23/09/2024

# Retrato de uma doutrina colonial racista

## Entrevista

Breno Altman<sup>1</sup>

Prof. Dr. Ademar Bogo<sup>2</sup>

Prof. Dr. Roberto Santos de Carvalho<sup>3</sup>

A questão Palestina tornou-se um dos grandes problemas humanitários atuais. Com o lema repetido pelas autoridades representantes dos países colonialistas e imperialistas, de que “Israel tem o direito de se defender”, o Estado judeu, mesmo fora das divisas, invade, cerca, persegue e mata palestinos, na sua maioria, crianças e mulheres inocentes e desarmadas.

Breno Altman, descendente de judeus, é jornalista e recentemente publicou o livro “Contra o sionismo: retrato de uma doutrina colonial e racista” (Alameda Editorial, 2023). Ele esteve, a convite do Sindicato dos Professores da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) para o lançamento da obra. Na ocasião, o autor proferiu uma palestra e conversou também com a Revista Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas. Com sua linguagem corante, didática e apaixonada pela causa palestina, expôs as razões históricas, econômicas, políticas, culturais, éticas e religiosas desse conflito.

---

<sup>1</sup> Jornalista, fundador de Opera Mundi e autor do livro “Contra o sionismo: retrato de uma doutrina colonial e racista”, publicado pela Alameda Editorial em 2023.

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6864-7113>

<sup>3</sup> Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9165-6413>

**ESPECIARIA:** Inicialmente, queremos agradecer a sua vinda à UESC e por se dispor a contribuir com a nossa Revista. Sendo assim, você, que nos últimos tempos tornou-se a principal expressão no Brasil, inclusive sendo processado pelas posições firmes tomadas em favor dos palestinos, diga-nos: o que é a causa palestina hoje?

**ALTMAN:** Quero aqui expor da maneira mais sintética possível e mais clara que eu conseguir aquela que é a questão mais relevante do nosso tempo, que é a questão palestina. Aquela que é a régua geopolítica e moral dos tempos atuais.

Todos nós temos acompanhado, desde outubro do ano passado (2023), o genocídio do povo palestino. O massacre brutal promovido pelo Estado de Israel contra o povo palestino, especialmente na faixa de Gaza. Nos últimos dias, esse massacre, essa carnificina contra a faixa de Gaza também se expande em direção à Cisjordânia.

Muitas pessoas nos dizem que é uma situação muito complicada e, por ser complicada, nós não poderíamos opinar a respeito. Deveríamos nos afastar dessa situação. Eu acredito que estamos, na verdade, diante de uma das situações mais simples que pode existir para quem deseja tomar uma posição a respeito desse conflito.

O que nós assistimos na Palestina é o conflito entre um povo colonizado e um regime colonial. Não é um conflito que começou no dia 7 de outubro de 2023, ao contrário do que afirmam o regime sionista e os seus aliados, ao contrário do que afirmam os meios monopolistas de comunicação no mundo. Não é um conflito que se iniciou quando o Hamas liderou a ação do dia 7 de outubro e, a partir dali, o Estado de Israel teria se defendido. Essa é uma explicação fraudulenta sobre os acontecimentos na Palestina.

Se nós queremos entender de uma forma genuína o que ocorre desde o dia 7 de outubro, nós temos que entrar numa máquina do tempo e entender o processo histórico que nos trouxe ao dia 7 de outubro de 2023. O meu

livro é sobre isso, sobre isso que eu quero conversar com vocês. O que está em curso na Palestina não é uma guerra religiosa, não é uma guerra entre povos. O que está em curso na Palestina é uma guerra que tem origem no final do século XIX, quando surgiu um movimento organizado, apoiado, sobre uma doutrina claramente estabelecida.

**ESPECIARIA:** Evidentemente, por trás desse movimento secular, existiram determinações concretas para desencadear esse processo. Como surgiu esse movimento?

**ALTMAN:** Esse movimento é sionista, e a doutrina é o sionismo. O sionismo não é a mesma coisa que o judaísmo. O sionismo é uma corrente ideológica entre várias; uma corrente ideológica que nasceu no seio do judaísmo e que, em meados do século XX, passaria a ser majoritária entre os judeus. Mas o sionismo está para os judeus como o nazismo esteve para os alemães ou o fascismo esteve para os italianos. Portanto, não nos preocupemos: ser contra o sionismo ou contra os sionistas não é ser contra os judeus. Da mesma maneira que ser contra o nazismo não era ser contra os alemães e ser contra o fascismo não era ser contra os italianos.

Ser contra o sionismo, ser radicalmente contra o sionismo, nada tem a ver com antissemitismo, ao contrário do que propaga o Estado de Israel e o próprio lobby sionista. Repito, o sionismo é exclusivamente uma corrente ideológica que se consolida na sua versão moderna no final do século XIX. O fundador dessa doutrina foi o jornalista austro-húngaro chamado Theodor Herzl, e esse livro tinha como título “O Estado Judeu”. Theodor Herzl, com o livro, buscou apresentar uma solução para um longo e dramático problema que afetava os judeus desde a antiguidade.

Esse problema era a perseguição aos judeus; séculos de perseguição aos judeus, especialmente na Europa. Uma perseguição implacável, sangrenta, que havia se arrastado por muito tempo. E Theodor Herzl buscava uma

solução a este problema. E qual era a solução que propôs Theodor Herzl? A criação de um lar nacional judaico, de um Estado judaico no qual este grupo étnico e religioso pudesse se sentir protegido.

Herzl, quando escreveu “O Estado Judeu”, tentou apresentar a sua formulação, a sua proposta, como parte do movimento anticolonial que havia irrompido no final do século XVIII, com a revolução haitiana e com a revolução norte-americana, e que se propagaria no século XIX, especialmente nas Américas, e no século XX; depois do livro de Herzl, também se estenderia para os demais continentes.

Herzl tentou apresentar a proposta do Estado Judeu como o direito que o povo judeu teria à autodeterminação nacional. Apresentou, portanto, o sionismo como se fosse o movimento de libertação nacional judaico. Mas essa tese de Herzl, ou essa explicação de Herzl, não fica de pé. Como nós podemos ver em seguida, ela tem tanto valor quanto meia aspirina vencida.

**ESPECIARIA:** Por que essa tese não tem sustentação se ela aponta para a criação de um Estado capaz de abrigar os judeus dispersos pelo mundo?

**ALTMAN:** Por que isso? Porque a comparação que Herzl e os sionistas fazem entre o direito judaico à autodeterminação e o direito de outros povos à autodeterminação não leva em conta, aliás, esconde uma realidade muito concreta. Ao contrário dos outros povos que lutavam pela autodeterminação nacional, os judeus, no final do século XIX, não eram mais uma nacionalidade. Os norte-americanos, quando se libertaram do colonialismo britânico, eram uma nacionalidade. Os povos da América Hispânica eram uma nacionalidade quando lutaram contra o colonialismo espanhol.

Os judeus, no final do século XIX, não eram mais uma nacionalidade há quase mil e oitocentos anos. Os judeus tinham sido uma nacionalidade até o ano 70 da nossa Era,

na Antiga Canaã, depois rebatizada de Palestina. Existiram reinos judaicos. Existia o Reino de Israel, destruído pelo Império Assírio, e depois o Reino de Judá, para onde emigraram os cidadãos do Antigo Reino de Israel. O próprio nome judeu vem desta origem, o Reino de Judá, no Sul de Canaã.

O Reino de Judá, no entanto, foi destruído pelo Império Babilônico. As elites judaicas foram retiradas de Canaã. Cinquenta anos depois, retornaram, quando o Império Persa derrotou o Império Babilônico. O Império Persa foi liderado por Ciro, não por Ciro Gomes, mas pelo Imperador Ciro, chefe do Império Persa. Ele trouxe de volta as elites judaicas para Canaã. Ali se reconstruiu o Reino de Judá, sob outra configuração.

Finalmente, o Império Romano destruiu as estruturas nacionais judaicas. No ano 70 da nossa era, o Império Romano destruiu Jerusalém. Os judeus ainda resistiram, mas, no ano 135, as últimas rebeliões judaicas foram derrotadas e os judeus foram empurrados para a diáspora. Os judeus foram expulsos de Canaã, que foi então rebatizada de Síria Palestina e depois apenas de Palestina. Os judeus foram para a diáspora, para o êxodo, para a imigração, especialmente em uma primeira etapa, para a Europa. E foram se inserir nas diversas sociedades e nacionalidades europeias.

Por que os judeus não podem ser caracterizados hoje, ou já naquele final do século XIX, como uma nacionalidade? Por que eu afirmo que os judeus deixaram de ser uma nacionalidade?

**ESPECIARIA:** Ao seu ver, por que os judeus não podem ser considerados uma nacionalidade?

**ALTMAN:** Porque nacionalidade tem a ver com a intersecção entre povo e território. Não existe nacionalidade sem território. Um povo desterritorializado perde a sua nacionalidade no correr do tempo. Nós sabemos disso pela experiência brasileira.

Os negros capturados pelo colonialismo português e trazidos para o Brasil, na sua origem africana, integravam as distintas nacionalidades africanas. Trazidos ao Brasil, desterritorializados, os negros vieram a constituir um grupo étnico racial, submetido à condição de exploração escrava, mas as suas raízes nacionais se dissiparam, porque os negros escravizados não tinham mais território. Haviam perdido o seu território no processo colonial.

O contrário acontece com os povos originários. Mesmo em condições extremamente adversas, os povos originários no Brasil mantiveram parcialmente os seus territórios. Por isso, nós os conhecemos não como um grupo étnico racial, mas pelas suas raízes nacionais, que a antropologia colonial chama de tribos. Nós os conhecemos como Guayanases, Caiovas, Guaranis e dezenas de denominações, exatamente porque preservaram o território.

Os judeus foram desterritorializados há mil e novecentos anos, antes do surgimento do sionismo. O que eram então os judeus na época em que surge o sionismo?

**ESPECIARIA:** O que eram então os judeus na época do surgimento do sionismo?

**ALTMAN:** Os judeus eram duas coisas: já não eram mais uma nacionalidade. Um grupo étnico-cultural, uma construção que tinha a ver com a ancestralidade cultural judaica, construída a partir de cada ano, e eram parcialmente um grupo religioso. Nem todos os judeus são religiosos. Os judeus se dividem entre judeus seculares e religiosos. Eu sou judeu e não sou judeu religioso. Na minha família, já há três ou quatro gerações, não há qualquer contato com a religião judaica ou com qualquer outra religião. Mas nós pertencemos a um grupo étnico-cultural que é o grupo étnico-cultural judaico.

Há uma confusão a este respeito, porque, no caso do judaísmo, se aplica a mesma palavra para três perguntas, para três citações diferentes, o que não ocorre com outros povos.

Então, havia uma nacionalidade judaica; há um grupo étnico-cultural judaico e uma religião judaica. É diferente quando, por exemplo, você dialoga com um árabe que tenha nascido no Líbano e que seja muçulmano. A pergunta é: qual é a sua etnia? Árabe. Qual é a sua nacionalidade? Nesse exemplo que eu dei, libanês. Qual é a sua religião? Muçulmana. São distintas palavras para três citações. No caso do judaísmo, é a mesma palavra para três citações, o que ajuda a criar confusão. Os judeus, porém, isso devemos deixar bastante claro, no final do século XIX, já não eram mais uma nacionalidade, mas persistiam como um grupo étnico-cultural e, parcialmente, como um grupo religioso.

Se era assim, o que Theodor Herzl estava propondo não era um Estado nacional, era um Estado racial. Era um Estado de supremacia étnica. Era um etno-estado, uma etnocracia. Parecido com o que propunha Herzl, nos tempos modernos, provavelmente, só tivemos a África do Sul do período do *apartheid*. Não tinha a ver com nacionalidade, tinha a ver com etnia e com religião, mas não com nacionalidade.

Era um recorte transversal. Era tão evidente essa peculiaridade do sionismo, a proposta de um estado de supremacia étnica, que assim que a tese da construção do estado judaico se consolida nessa direção sionista emergente, surge uma pergunta: onde vamos construir esse estado?

**ESPECIARIA:** Como então Herzl poderia imaginar construir um Estado sem antes existir um território?

**ALTMAN:** Nenhum povo que luta pela descolonização, nenhum povo que luta pela sua emancipação faz essa pergunta sobre o território: onde vamos construir a nossa autodeterminação? Porque é natural o espaço estar onde a autodeterminação se constrói. É no território no qual vive um determinado povo submetido ao jugo colonial. Essa não era a situação dos judeus.

A proposta de Herzl e dos sionistas de criar um estado judeu não tinha uma solução territorial natural. E a solução que eles acabaram adotando no Primeiro Congresso Mundial Sionista, em 1897, na Basileia, Suíça, foi construir esse Estado judeu na Palestina. No início do movimento sionista, exatamente para evitar maiores tensões, surgiu uma consigna, uma palavra de ordem, um bordão que era doce como mel: “Uma terra sem povo, para um povo sem terra”.

Esse seria o plano dos sionistas: garantir um território desocupado no qual pudesse ser construído esse Estado judeu.

Esse bordão foi creditado a grupos minoritários do sionismo, que estavam nesse congresso na Basileia, propondo que o Estado judeu fosse estabelecido na Patagônia da Argentina, em Uganda, no Congo ou em Madagascar. Um território no qual a criação desse Estado judeu não gerasse conflitos com nenhum outro povo. Mas prevaleceu no Congresso Mundial Sionista a tese de criar um Estado judeu na Palestina. Qual era a explicação do sionismo para essa decisão?

**ESPECIARIA:** Diante das diversas possibilidades de lugares, por que exatamente o território palestino foi escolhido para a construção desse Estado?

**ALTMAN:** Era o retorno dos judeus às suas terras ancestrais. Os judeus tinham o direito de retornar às terras das quais haviam sido expulsos no ano 70, mais de mil e oitocentos anos antes. Mas essa explicação era uma explicação falaciosa. Ela escondia a verdadeira motivação que levou a essa escolha. Essa motivação nós encontraremos na própria dinâmica de consolidação do sionismo.

O movimento sionista nasceu como um movimento laico, um movimento não religioso. Theodor Herzl, o fundador do sionismo, com o perdão da má rima, era tão ateu quanto eu. Ele não tinha nenhum vínculo com a religião judaica. Viria a ter na velhice. Quando ele criou o

movimento sionista, ele não tinha nenhum vínculo com a religião judaica. Mas as lideranças sionistas vão se dando conta de que aquela sua formulação etnocêntrica, aquela sua proposta de criar um Estado judeu, estando os judeus espalhados por toda a Europa, não chegava aos corações e mentes das massas judaicas, especialmente das massas judaicas empobrecidas e proletarizadas do Leste Europeu. Não era uma tese que cativava as massas judaicas.

O movimento sionista logo foi se dando conta de que, para poder conquistar os corações e as mentes, teria que encontrar os seus “Silas Malafaias”. Teria que se abraçar à religião judaica. E há uma negociação entre as lideranças sionistas e os grupos religiosos judaicos para estabelecerem um pacto a respeito do projeto sionista. Essa negociação se deu em dois planos: um mundano e outro religioso. No plano mundano, os sionistas disseram aos rabinos, aos chefes religiosos de determinados grupos judaicos: “Se vocês apoiarem o nosso projeto de criar um Estado judeu, esse Estado judeu terá uma religião oficial e vocês, como rabinos, terão poderes e privilégios. Esse Estado será teocrático”.

Uma teocracia aveludada, disfarçada, para não incomodar os aliados europeus, mas um Estado teocrático, no qual os rabinos teriam muitos poderes. Essa foi a negociação mundana.

**ESPECIARIA:** Mas faltava ainda a negociação religiosa. Qual foi o teor dessa negociação?

**ALTMAN:** Havia um grande obstáculo religioso para o movimento sionista. Esse obstáculo religioso está em uma passagem do Talmud. O Talmud é o principal, um dos principais textos da religião judaica, que terminou de ser escrito no século V da nossa era.

Há uma passagem do Talmud que diz assim: “O povo eleito, os judeus, somente poderá regressar à terra prometida, à antiga Canaã, rebatizada de Palestina, e lá reconstruir o mítico reino de Israel, depois da chegada do

Messias”. Só com a chegada do Messias, os judeus poderiam regressar à Palestina, a Antiga Canaã. Apenas com a chegada do Messias, os judeus estariam perdoados dos pecados que tinham levado Deus, Adonai, Jeová, o nome que se dê, a expulsar os judeus da Palestina no ano 70 da nossa era.

Vejam como isso era um obstáculo para o movimento sionista. Porém, nas negociações entre o sionismo e os grupos religiosos, há uma mudança dessa leitura. Grupos religiosos propuseram uma leitura diferente. O sionismo se aliou a esses grupos e foi refeita a interpretação do Talmud. Ficou desse jeito: “O Messias só chegará se o povo eleito, os judeus, tiver regressado à antiga Canaã, rebatizada de Palestina”.

É uma alteração da ordem dos fatores, produzindo algo totalmente distinto e entregando ao sionismo um discurso muito poderoso, muito sedutor, junto às massas judaicas. Bastaria que as massas judaicas aceitassem emigrar para a Palestina e lá apoiar a construção do Estado judeu, e então viria a salvação do mundo. O Messias chegaria. Estava nas mãos das massas judaicas a chegada do Messias.

Lembremos sempre que, na religião judaica, Cristo não é o Messias. Portanto, na religião judaica se fala da chegada do Messias e não do retorno do Messias. Mas esse pacto com a religião judaica entregava ao sionismo essa possibilidade de oferecer às massas judaicas algo grandioso, desde que elas apoiassem o sionismo.

**ESPECIARIA:** Mas esses pactos e acordos levaram em consideração se havia espaço na Palestina para construir um novo Estado?

**ALTMAN:** Evidentemente, esse pacto com a religião judaica só seria possível se o local escolhido para construir o Estado judeu fosse a Palestina, porque a Palestina é o território no qual essas inscrições religiosas se estabeleceram. E é por essa razão que o movimento sionista decidiu construir o Estado judeu na Palestina.

No entanto, quando essa decisão foi tomada, de construir o Estado judeu na Palestina, havia um pequeno problema: a maioria esmagadora da população palestina era de não judeus. Os judeus não passavam de 5% da população local. Os palestinos de fé muçulmana representavam 85% da população. Os cristãos, outros 5%. E outras etnias e grupos religiosos, os restantes 5%.

Como então construir um Estado de supremacia étnica judaica a partir de uma ínfima minoria no território escolhido para a construção desse Estado? Só havia esse jeito: o colonialismo, a segregação, a limpeza étnica, a expulsão e, no limite, o extermínio do povo majoritário daquele território. Somente assim seria possível construir um Estado de supremacia étnica judaica. E foi por esse caminho que o sionismo, nascido como uma doutrina racista baseada na supremacia étnica, transformou-se também numa doutrina colonial. Essa é a razão do subtítulo do meu livro ser: “retrato de uma doutrina colonial e racista”.

Esses são os dois pilares do sionismo: defender um Estado de supremacia étnica judaica e a ocupação colonial da Palestina para construir esse Estado judaico. O sionismo, como qualquer corrente ideológica, tem muitas alas; tem mais alas do que o PT ou o PSOL. Tem muitas alas, mas todas elas obedecem a esses dois princípios ideológicos fundamentais: a criação de um Estado de supremacia étnica judaica e a colonização total da Palestina para construir esse Estado.

**ESPECIARIA:** Considerando a substância desse projeto, tanto em nível de abrangência quanto de tempo para implantá-lo, os sionistas agiram sozinhos ou tiveram apoio de outros países?

**ALTMAN:** O sionismo não caminhou sozinho no seu projeto. Logo no início, teve aliados. Os principais, antes da Segunda Guerra Mundial, foram o Reino Unido, a Grã-Bretanha, o Império Britânico. Esse último tinha interesses no Oriente Médio, onde está localizada a Palestina. O

O Oriente Médio, para começo de conversa, é uma dobradiça entre o Ocidente e o Oriente. Para chegar na Ásia e na África, a partir da Europa, o Oriente Médio é uma região decisiva. E, naquele momento, o Oriente Médio estava sob os domínios coloniais de um outro Império, o Turco-Otomano. E o Reino Unido, maior império da época, no final do século XIX, queria uma cabeça de ponte na região.

Mas esse não era o único interesse do Reino Unido. Havia outro interesse que reforçava a sua necessidade de uma cabeça de ponte na região. No final do século XIX, já se havia descoberto uma nova e revolucionária fonte de energia, que é o petróleo. A transição do carvão para o petróleo era decisiva para o desenvolvimento do capitalismo europeu; especialmente para o desenvolvimento do capitalismo no Reino Unido.

O petróleo, então, passou a ser explorado, fundamentalmente, em três territórios: nos Estados Unidos, no Império Russo e no Oriente Médio. Já era ali, no Oriente Médio, que se explorava o petróleo de forma predominante, especialmente no Irã.

Embora a Palestina não tivesse petróleo, era necessário para o Reino Unido ter uma cabeça de ponte na região para proteger o fluxo do petróleo do Irã para a Europa. E foi nessas circunstâncias que o Reino Unido se aliou ao sionismo, apesar do antissemitismo, porque, entre outras razões, o sionismo era uma doutrina nacional chauvinista, racista e colonial, financiado por uma fração da burguesia britânica, pela fração judaica da burguesia britânica, da burguesia europeia e da burguesia norte-americana.

O grande financiador do sionismo era um barão chamado Lionel Rothschild. Não confundir com Lionel Messi. Papéis diferentes na história. Rothschild era um judeu bilionário que havia comprado seu título de barão para escapar da perseguição aos judeus e um dos grandes empresários europeus, inclusive um dos grandes empresários no ramo petrolífero, com negócios em Baku, Pérsia e no próprio Irã. O peso de Rothschild e de outros judeus

burgueses da elite britânica favoreceria este pacto entre o Reino Unido e o movimento sionista, com o Reino Unido incorporando o sionismo como uma engrenagem para sua estratégia no Oriente Médio. Isso se tornaria visível logo nos primeiros anos do surgimento do sionismo e seria ainda mais presente depois de 1918. Em 1918, quando terminou a Primeira Guerra Mundial, a França e a Grã-Bretanha foram potências vitoriosas, e o Império Turco-Otomano deixou de existir.

Com o fim do Império Turco-Otomano, a França e a Inglaterra dividiram entre si os territórios do Oriente Médio, e a Grã-Bretanha passou a ter o mandato colonial sobre a Palestina, que duraria de 1918 a 1948.

A partir de 1918, a Grã-Bretanha impulsionaria, ainda com maior liberdade e ímpeto, o movimento sionista, como essa cabeça de ponte dos seus próprios interesses no Oriente Médio. Esse é um segundo aspecto, portanto, a considerarmos sobre o sionismo.

**ESPECIARIA:** Em resumo, quais são os aspectos essenciais a favor e contra para que o sionismo se tornasse um elo entre os estrategistas desse movimento e a Grã-Bretanha, e ao mesmo tempo, contestado?

**ALTMAN:** O primeiro aspecto, sua natureza racista e colonial como resposta ao antissemitismo, como resposta à perseguição histórica contra os judeus. O segundo aspecto, a aliança entre o imperialismo britânico e o sionismo. E há um terceiro aspecto, que muitas vezes escapa a inúmeros historiadores. Quando surge o sionismo, era outra a corrente ideológica majoritária entre os judeus. O sionismo teve que disputar contra essa outra corrente majoritária que havia sido fundada por um judeu alemão cujo nome vocês certamente conhecem – Karl Marx. Era o marxismo a corrente ideológica predominante entre os judeus. Marx, na sua juventude, havia escrito um pequeno livro, então chamado de Opúsculo, denominado: “Sobre a questão judaica”. Marx ofereceu uma interpretação do

porquê havia surgido e se desenvolvido o antissemitismo, o ódio contra os judeus. Ele atribuía esse ódio contra os judeus às funções econômicas que eles haviam exercido na Europa desde a Antiguidade, identificando-as como a base material para esse ódio. Primeiro, a função mercantil.

Os judeus praticamente monopolizavam os fluxos comerciais europeus a partir da Antiguidade. Com a renda mercantil que conseguiram acumular, passaram a exercer uma segunda função econômica, a dos empréstimos a juros. A função de crédito, a função financeira. Os judeus não estavam inseridos na economia agrária da Antiguidade e da Idade Média. Eles não participavam das propriedades agrícolas. Tinham como atividades principais o comércio e depois as finanças. Funções absolutamente essenciais da Antiguidade e da Idade Média, mas também odiosas. Portanto, a origem do antissemitismo para Marx estava nessas funções econômicas que os judeus praticamente monopolizaram por séculos. Portanto, para acabar com o antissemitismo, para acabar com o ódio contra os judeus, seria necessário acabar com essa base material. E isso somente seria possível com o fim da propriedade privada, com o fim da sociedade de classes, com a revolução socialista. Essas seriam as maneiras de acabar com o antissemitismo. E, portanto, os judeus, ao invés de buscarem uma solução identitária, uma solução étnica, deveriam buscar uma solução revolucionária. Somente a revolução salvaria os judeus do ódio do qual eram vítimas há tantos séculos. E os judeus, de fato, participaram intensamente, a partir da segunda metade do século XIX, das lutas sindicais, socialistas e revolucionárias.

**ESPECIARIA:** Como se pode explicar que essas duas visões tão controversas sobre o mesmo problema da perseguição dos judeus tenham, por um lado, os seguidores de Marx, empenhados em transformar os Estados onde estivessem, e, por outro, os adeptos de Herzl, em busca de criarem o próprio Estado sem território definido?

**ALTMAN:** O sionismo, que surgiu 50 anos depois de Marx ter escrito “Sobre a questão judaica”, como vocês podem ver, deu uma resposta antagônica àquela que Marx havia proposto. A resposta racista e colonial encarnada pelas teses de Theodor Herzl. Era tão forte a presença dos judeus nas lutas revolucionárias da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX, que isso se transformou num grande problema para a burguesia europeia e americana. Porque, embora fossem um grupo pequeno, os judeus nunca passaram de 15 milhões de pessoas no mundo, mas possuíam instrumentos fundamentais para a luta revolucionária, que eram um enorme capital cultural e educacional.

Os judeus, pelas suas atividades mercantis e financeiras, tiveram tempo e dinheiro; o que lhes permitiu ter um padrão educacional e cultural muito acima da média europeia. Quando esse capital cultural e educacional saiu da órbita das classes proprietárias e passou à órbita das classes trabalhadoras, isso fez uma enorme diferença na luta revolucionária.

O maior exemplo disso é o próprio Karl Marx. Se Marx tivesse nascido cem anos antes, talvez ele fosse um banqueiro emprestando dinheiro para a nobreza europeia. Marx é a expressão desse deslocamento do judaísmo, quando o capitalismo começou a se desenvolver. Esse deslocamento de parte do judaísmo da órbita das classes proprietárias para as classes trabalhadoras era tão forte. Vocês querem um exemplo do quão forte era a presença judaica na luta revolucionária?

Na Revolução Russa de 1917, houve um partido que a liderou: o Partido Bolchevique. A direção do Partido Bolchevique era chamada de “Bureau político”. Sete pessoas integravam o Bureau político quando ocorreu a revolução. Das sete, quatro eram judeus, embora eles não passassem de 4,5% da população russa. Trotsky não se chamava Trotsky, esse era o seu nome de guerra, o nome através do qual tentava escapar da polícia durante o tsarismo. O nome verdadeiro de Trotsky era

Lev Davidovich Bronstein, dono de uma lojinha. Kame-nev não se chamava Kamenev, se chamava Rosenfeld, outra lojinha. Zinoviev não se chamava Zinoviev, chamava-se Aranovich, mais uma lojinha. Sokolnikov não se chamava Sokolnikov, se chamava Girsh Yankelevich. Os três únicos do Bureau político do Partido Comunista, do Partido Bolchevique, que não eram judeus, eram Lenin, Stalin e Andrei Bubnov.

Essa presença judaica nas lutas revolucionárias não se limitava ao Império Russo, ela se propagava pela Europa e pelas Américas, incluindo o Brasil. Há um judeu baiano de grande importância no movimento comunista brasileiro, que foi Jacob Gorender. Isso era produto do peso do marxismo no interior do judaísmo.

Theodor Herzl, quando escreveu o Estado Judeu, o fez como se estivesse dialogando com a burguesia europeia. Ele disse mais ou menos assim, sobre exatamente esse tema da influência do marxismo: “Vocês não querem os judeus fora da Europa? Perfeito, nós queremos sair da Europa. Portanto, nos apoiem para construirmos o Estado Judeu fora da Europa. De quebra, além de vocês resolverem o problema principal de vocês, que é expulsar os judeus, nós resolvemos o nosso problema, que é termos um Estado Judeu. Com o nacionalismo judaico, que era o sionismo fortalecido, ao invés de ficarem se filiando a esses grupos revolucionários que davam tanto trabalho para vocês, os judeus iriam se filiar ao sionismo e abandonariam a luta revolucionária.”

Então, há esse terceiro aspecto do sionismo que explica, em boa medida, porque a burguesia europeia e americana apoiaria com tanto entusiasmo o sionismo; ele era uma vacina ao marxismo no interior do judaísmo. Era, portanto, uma vacina para impedir que os judeus continuassem a colocar o seu capital cultural e educacional a serviço da luta revolucionária. Essas são as características principais do sionismo. Como vocês podem ver, o sionismo não está na família das doutrinas anticoloniais, como os seus dirigentes afirmam.

**ESPECIARIA:** Em que corrente doutrinária, então, se enquadra o sionismo e de que modo avançou até os dias atuais?

**ALTMAN:** O sionismo está numa outra família das doutrinas nacionais chauvinistas, racistas e coloniais. A mesma família na qual está o fascismo, o nazismo, e as doutrinas segregacionistas como aquelas que inspiraram o regime do *apartheid* da África do Sul e assim por diante. Esse é o lugar histórico do sionismo que moveu o seu projeto prático na Palestina.

O colonialismo sionista na Palestina avançou em três etapas. Na primeira, que durou os primeiros 20 anos do século XX, foi o colonialismo por povoamento. Quais eram os objetivos dessa primeira etapa? Aumentar o número de judeus no território e o volume de terras controladas por eles.

Para impulsionar o colonialismo de povoamento, o movimento sionista criou dois Fundos: um chamado “Nacional Judaico” e outro chamado “Agência Judaica”. Ambos recebiam recursos da burguesia judaica europeia, americana e dos seus aliados, que não eram necessariamente judeus.

O Fundo Nacional Judaico tinha como principal objetivo comprar terras dos palestinos, dos turcos, que ainda as possuíam por ali – até os persas também tinham pedacinhos de terra. Compravam terras como se fossem negociações comerciais comuns. A Agência Judaica, com recursos que vinham da mesma origem, tinha outro papel: financiar a emigração dos judeus, especialmente da Europa Oriental para a Palestina. A esses judeus que aceitavam migrar, lhes era dado um pedaço de terra e condições de começar uma vida na Palestina.

Durante 20 anos, essa foi a forma dominante de colonização, o colonialismo de povoamento. Durante essa primeira etapa, os palestinos sequer se deram conta de que estavam diante de um projeto colonial. Parecia um movimento migratório comum, porque ali é uma região

de muitos fluxos migratórios, e parecia uma expansão normal no fluxo de compra e venda de terras, o que até era benéfico para determinados grupos de palestinos e turcos que queriam vender suas terras.

Quando a presença judaica na Palestina já era mais numerosa, quando o volume de terras controladas pelos judeus já era mais importante, quando a presença do capital judaico na Palestina já havia adquirido relevância, abriu-se uma segunda forma de colonização como forma predominante. Não é que surgiu essa forma e a outra deixou de existir, a forma dominante passou a ser outra.

O capital judaico já presente na Palestina começou a criar empresas, fazendas, hospitais, escolas, universidades, clubes com uma característica: todas essas instituições eram só para judeus. Somente os judeus podiam ter empregos nas empresas e fazendas. Somente os judeus poderiam ter acesso aos hospitais, às escolas, aos clubes e às universidades. Isso levou a uma profunda desigualdade étnica, social e econômica, com os judeus enriquecendo e os palestinos empobrecendo.

Nessa etapa predominou a colonização por segregação, presente na região. Era tão forte isso no projeto sionista que a Central Sindical que existe até hoje, a Central Sindical Sionista, que agora fez uma greve geral para pressionar, detalhar ou fazer o acordo com o Hamas; a HISTADRUT, só representava os trabalhadores judeus e uma das suas reivindicações era que os empregos só podiam ser para eles.

Para vocês terem uma ideia de como era a colonização por segregação, é nessa etapa que os palestinos vão se dando conta de que estavam diante de um projeto colonial que seria a forma dominante sionista até os anos de 1930, por mais uns 15 anos, portanto.

Os palestinos, ao se darem conta de que estavam diante de um projeto colonial, começaram a lutar através de protestos, greves, manifestações, ações armadas, motins, exigindo empregos nessas empresas, espaço nessas fazendas, acesso aos hospitais, às escolas, aos clubes, às

universidades. Começou então a surgir o conflito frontal entre o movimento sionista e o povo palestino.

A partir desta segunda etapa de colonização, isso foi ficando muito claro. Esse conflito que se aprofundou nos anos 20 e nos anos 30 levaria à terceira forma de colonização: a colonização pela violência.

As lutas palestinas se desenvolveram, se ampliaram, se aprofundaram e se radicalizaram na região. O ápice será na Revolução Palestina de 1936 a 1939. Os palestinos também pressionavam o imperialismo britânico que possuía o mandato colonial na região para que detivesse a emigração judaica. Eles se davam conta de que corriam o risco de perder o território, sua soberania para o projeto sionista e o colonialismo sionista.

**ESPECIARIA:** E como Israel respondeu a essa pressão?

**ALTMAN:** No curso da ampliação e radicalização dessas lutas, o movimento sionista resolveu criar milícias armadas a pretexto de proteger a propriedade e a vida judaica na região. Três grandes milícias são criadas: Hagannah, Irgun e Lehi. Cada uma se vincula a um setor político diferente do sionismo, mas atuavam em conjunto para enfrentar e reprimir as lutas palestinas.

Para afrontar, invadir e atacar os vilarejos, as aldeias, as cidades palestinas, tentando impor ao povo uma escolha: ou fogem vendendo suas terras, ou morrem. Ou saem de cena e entregam o território, ou morrem.

Essas três milícias se integrariam às forças policiais e militares do Reino Unido para reprimirem a Revolução Palestina de 1936 a 1939 e, finalmente, derrotá-la. Em 1948, as milícias se fundiriam para criar as Forças de Defesa de Israel – FDI – o atual exército israelense cujos porta-vozes sempre vão a público para dizer que são o exército mais moral do mundo.

Pois bem, o exército israelense foi criado a partir da fusão de três milícias criminosas com uma história de ataques contra civis. E é nesta terceira etapa da colonização

pela violência, especialmente pela derrota da Revolução Palestina de 1936 a 1939, que houve a consolidação do colonialismo sionista na Palestina. No entanto, provavelmente seria inviável a conquista do objetivo principal do sionismo, a construção do Estado judeu, se não fosse a Segunda Guerra Mundial.

**ESPECIARIA:** Qual é o papel da Segunda Guerra Mundial na formação do Estado de Israel em território palestino?

**ALTMAN:** Na Segunda Guerra Mundial, nós temos o Holocausto, martírio de seis milhões de judeus assassinados pelo nazismo. Isso criou uma enorme comoção mundial, levando a um consenso das potências vitoriosas: os judeus tinham o direito a uma reparação histórica, de se protegerem, a um lar nacional que os protegesse do antissemitismo.

Esse consenso deu o aval para a criação do Estado Judeu sob o nome de Estado de Israel, levando à Resolução 181 das Nações Unidas, aprovada em 29 de novembro de 1947, mais conhecida como “partilha da Palestina”, ou partilha de 1947. O que determinou essa partilha, que teve o apoio de todas as potências vitoriosas da Segunda Guerra, incluindo a União Soviética? Ela estabelecia que Jerusalém ficaria sendo sede das três religiões monoteístas, mas sob gestão internacional, e o restante da Palestina seria dividido da seguinte forma: 53,5% do território para que 500 mil judeus construíssem o seu Estado, e 46,5% para que 1,4 milhão de palestinos criassem o seu futuro Estado, com o fim do mandato colonial britânico que estava previsto para 1948.

Os palestinos e os países árabes não aceitaram a partilha. Consideraram que estavam perdendo metade do seu território. Além disso, para eles, isso era desproporcional ao número de habitantes. A partilha não havia sido submetida a qualquer tipo de consulta com a população local. Havia sido uma imposição contra a qual reagiram

os palestinos e os países árabes. A forma de reação foi declarar guerra contra Israel, que havia sido fundado em 15 de maio de 1948.

Essa guerra, chamada de Primeira Guerra Árabe-Israelense, terminaria em março de 1949, quando foi assinado o armistício. Mas Israel já não controlava somente 53,5% da Palestina, mas 79% do território.

Com a expansão do colonialismo sionista para 79% da Palestina, cerca de 750 mil palestinos foram expulsos das suas terras e das suas casas, sem qualquer tipo de compensação ou indenização. Esse episódio foi chamado de Nakba, palavra em árabe que significa “catástrofe”.

Essa é a origem dos refugiados palestinos, da agência de refugiados da ONU, dessas centenas de milhares de palestinos que foram expulsos por Israel das suas casas e de suas terras na Primeira Guerra Árabe-Israelense. Dezoito anos depois do armistício de 1949, Israel começou uma guerra em 1967 que entraria para a história com o nome de Guerra dos Seis Dias, de 5 a 10 de junho de 1967. Os 21% restantes do território palestino que corresponderiam ao território de um futuro Estado palestino estavam provisoriamente sendo geridos pelo Egito e pela Jordânia. O Egito estava com a responsabilidade gerencial sobre a faixa de Gaza, depois do armistício de 1949, e a Jordânia sobre a Cisjordânia e Jerusalém Oriental.

Em 1967, Israel ocupou a faixa de Gaza, a Cisjordânia, Jerusalém Oriental, a península do Sinai, que era egípcia, e as colinas de Golã, que eram sírias. Quando terminou a Guerra dos Seis Dias, Israel havia se consolidado como um regime colonial em 100% do território da Palestina.

A península do Sinai seria devolvida ao Egito em 1982, mas as colinas de Golã, Israel anexaria ao seu território em 1981, embora a Carta das Nações Unidas proíba anexações por meio de guerras. Dessa forma, Israel estava consolidado como um regime colonial e como um regime de *apartheid*.

Os judeus, como um estamento dominante, tinham todos os direitos democráticos naquele Estado colonial.

Os árabes israelenses, que são os palestinos que continuaram a viver nas fronteiras de Israel pré-67, e que hoje correspondem a 21% da população israelense, tinham e têm menos direitos do que os judeus.

Há uma série de leis (65) que determinam as diferenças de direitos entre os árabes israelenses e os judeus israelenses. E, finalmente, num terceiro grupo, estão os palestinos nos territórios ocupados. Esses não têm direito nenhum, vivem sob uma ocupação colonial de tipo militar desde 1967, portanto, há 57 anos.

**ESPECIARIA:** Como os palestinos passaram a se organizar para enfrentar as forças militares Israelenses?

**ALTMAN:** Os palestinos, diante dessa situação, criam, em 1964, a Organização pela Libertação da Palestina - OLP. É uma coalizão de 10 a 12 grupos, nacionalistas e marxistas, com as mais diferentes estratégias para unificar a luta contra o regime colonial, contra o regime sionista. O ápice da luta palestina ocorreria de 1988 a 1993, com a primeira Intifada, palavra em árabe para definir rebelião.

Em 1988, começou na faixa de Gaza, com paus e pedras, a primeira grande rebelião palestina e se propagou por todos os territórios palestinos, com a participação inclusive dos árabes israelenses. Em função da primeira Intifada e da pressão internacional, Israel aceitou sentar-se na mesa de negociações. E foram assinados os acordos de Oslo, em 1993.

A OLP reconheceu a legitimidade e a legalidade do Estado de Israel, em 79% do território. Aceitou, portanto, que esses 79% da Palestina ficassem sob o controle israelense, desde que Israel aceitasse que os palestinos construíssem o seu próprio Estado nos 21% restantes, tendo Jerusalém Oriental como a capital desse Estado e, ainda, que Israel aceitasse o retorno dos descendentes daquelas famílias expulsas em 1948 e 1949.

Esse era o princípio básico dos acordos de Oslo, desenhando uma transição para isso cujo prazo seria de 5

anos. Para dirigir os territórios palestinos nesse período, foi criada a Autoridade Palestina, espécie de mini Estado, sem poderes de Estado.

Os acordos de Oslo, além de criarem a Autoridade Palestina, dividiram os 21% dos territórios palestinos em 3 áreas: Áreas A, B e C. A Área A ficou sob controle civil e militar palestino, formada por 167 enclaves (cidades, vilas, aldeias). A Área B ficou sob o controle civil palestino, mas o controle militar é israelense. O que é a Área B? São as estradas que ligam uma cidade palestina a outra. Todo o controle, o fluxo de pessoas e mercadorias entre as cidades palestinas é controlado militarmente por Israel. E a Área C continuou sob o controle civil e militar israelense.

Além dessa divisão territorial, os acordos de Oslo estabeleceram que o fornecimento de água dos territórios palestinos seria controlado por Israel, assim como a energia elétrica, o comércio exterior, a coleta de impostos e a moeda nacional dos territórios palestinos.

A liderança majoritária palestina aceitou os acordos de Oslo porque considerou que não tinha forças para ir além disso. Depois do fim da União Soviética, em 1991, era ou agarrar os acordos e avançar um passo ou ficar sem nada. Essa foi a opinião da OLP e por isso aceitou baixar as armas e assinar os acordos evidentemente de caráter semicolonial.

**ESPECIARIA:** Por que os acordos de Oslo, apesar de serem desvantajosos para os palestinos, não foram respeitados pelo Estado de Israel?

**ALTMAN:** Não bastassem os acordos de Oslo, o regime sionista impulsionou uma quarta onda de colonização formada por judeus dos antigos países soviéticos, que foram estimulados a emigrarem para Israel, sendo apoiados financeiramente para criarem assentamentos judeus nas áreas B e C dos territórios palestinos, na faixa de Gaza e na Cisjordânia.

Hoje, são mais de 700 mil colonos judeus em 230 assentamentos ilegais na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental. Essa quarta onda de colonização serviu para impedir qualquer possibilidade de construção de um Estado palestino. Se nós pudéssemos olhar de um drone nos territórios palestinos, o que veríamos seria um queijo suíço: pedacinhos de territórios e vários buracos controlados pela quarta etapa da colonização sionista.

Essa quarta etapa da colonização deixou muito claro que os acordos de Oslo eram uma enganação e jamais levariam à criação de um Estado palestino. Isso provocou a segunda Intifada, entre 2000 e 2005. Em 2005, quando foi assinado um armistício, voltar-se-ia ao espírito de Oslo: essa troca de paz por terra. Ou seja, troca pela qual o Estado palestino seria criado em 21% do território, e o Estado de Israel seria reconhecido em 79% do território.

Nesse armistício de 2005 participaram a OLP e um novo grupo que havia surgido em 1988, o Hamas. O grupo aceitou o acordo de paz, embora declarando que a criação de um Estado palestino ao lado do Estado de Israel em 21% do território era uma solução provisória. Ainda assim, aceitou baixar as armas em troca do retorno ao espírito de Oslo.

Nesse armistício de 2005 também se estabeleceu um calendário eleitoral da Autoridade Palestina. Yasser Arafat, líder histórico da OLP, tinha falecido em 2004. Era necessário eleger um novo presidente da Autoridade Palestina.

O calendário estabeleceu, portanto, eleições presidenciais em 2005 na Autoridade Palestina e eleições legislativas em 2006 por um Conselho Legislativo Palestino, um parlamento dos palestinos. Em 2005, realizaram-se as eleições presidenciais. Mahmoud Abbas, chefe do Fatah, líder da OLP, foi eleito presidente da Autoridade Palestina. Ele é o presidente da Autoridade Palestina até hoje e um dos grandes apoiadores dos acordos de Oslo.

No entanto, quando ocorreram as eleições parlamentares em 2006, o grande vencedor foi o Hamas, que conquistou 73 das 132 cadeiras legislativas do parlamento

palestino. Com essa vitória, Mahmoud Abbas indicou uma liderança do Hamas para ser o primeiro-ministro e compor o governo que atendia pelo nome de Ismail Haniyeh. Vocês já ouviram falar desse nome nas últimas semanas, não? Exatamente, a liderança do Hamas assassinada por Israel há três semanas em Teerã.

Com Ismail Haniyeh nomeado primeiro-ministro pelo parlamento palestino, criou-se o governo de unidade palestina. A presidência da Autoridade Palestina com Mahmoud Abbas do Fatah e a chefia de governo com Ismail Haniyeh do Hamas. Israel, com apoio dos Estados Unidos e da União Europeia, não aceitou o resultado das eleições legislativas palestinas, nem o governo de unidade palestina e decretou boicote total contra a Autoridade Palestina, que somente seria levantado se Mahmoud Abbas expulsasse o Hamas do governo e demitisse o primeiro-ministro.

Como Israel controlava o comércio externo, a coleta de impostos e o fluxo da ajuda humanitária internacional, a Autoridade Palestina foi submetida a um cerco econômico brutal, que simplesmente paralisou a vida econômica e social nos territórios palestinos.

Mahmoud Abbas suportou por um ano a pressão, mas em 2007 ele demitiu Ismail Haniyeh e expulsou o Hamas do governo. Em represália, o Hamas expulsou o Fatah da faixa de Gaza. Ali se dividiu a liderança palestina, com o Fatah, a Autoridade Palestina, governando a Cisjordânia e o Hamas governando a faixa de Gaza. Como vocês podem ver, ao contrário do que certos veículos de imprensa difundem ou querem fazer crer, o Hamas, portanto, não deu um golpe de Estado para dirigir a faixa de Gaza, mas sofreu um golpe de Estado e, embora tenha vencido as eleições parlamentares, não pôde liderar o governo palestino. Foi expulso ilegalmente do governo palestino por conta da pressão israelense, norte-americana e europeia.

Assim que o Hamas expulsou o Fatah da faixa de Gaza, em 2007, Israel decretou boicote e bloqueio total sobre a faixa de Gaza, por terra, ar e mar. Nenhuma mercadoria, nenhuma pessoa podia entrar ou sair da faixa de

Gaza sem a autorização de Israel. A faixa de Gaza foi submetida a uma política de tremenda escassez de alimentos, de recursos financeiros e de remédios. A lógica do regime sionista era quebrar o Hamas e criar um clima entre os palestinos de desistência, para que houvesse pressão por parte dos palestinos e internacionalmente para o Egito abrir as fronteiras ao sul da faixa de Gaza, e para que os palestinos fossem embora, para que o regime sionista pudesse recuperar o controle sobre aquela região.

**ESPECIARIA:** Quais foram as principais consequências dessa violência sionista contra o povo palestino, e qual é o significado do dia 7 de outubro de 2023 para a continuidade desse conflito?

**ALTMAN:** Desde 2007, a faixa de Gaza é subordinada a essa política de absoluta escassez para provocar doença, fome, desespero. E a cada ação de resistência palestina, Israel sempre respondeu com bombardeios secos, com punições coletivas como essas depois do dia 7 de outubro. Isso não é uma novidade, as práticas genocidas do regime sionista apenas adquiriram outra escala.

De 2007 até 6 de outubro de 2023, a resistência palestina nas suas ações armadas matou cerca de 180 israelenses militares e civis. O regime sionista em represália matou 8.500 palestinos, na sua esmagadora maioria, civis, especialmente mulheres e crianças, transformando a faixa de Gaza no maior campo de prisioneiros do mundo.

O dia 7 de outubro, portanto, não é início de coisa alguma, não é sequer um ataque, mas um contra-ataque. Uma reação a essa história que aqui eu busquei contar, especialmente a história depois de 2007.

A reação do povo palestino é a reação própria dos povos colonizados contra os regimes coloniais. A reação do povo palestino, das suas organizações na faixa de Gaza, está coberta pelo direito internacional. A Resolução 3103 das Nações Unidas, aprovada em 1973, garante aos

povos colonizados o recurso a todas as formas de luta contra o colonialismo, incluindo a luta armada.

O direito internacional protege a insurgência dos povos colonizados, mas não protege os regimes coloniais. Não concede aos regimes coloniais o direito de autodefesa, porque o colonialismo é ilegal além de antiético. Também, qualquer povo se libertou dos regimes coloniais à base da conversa. Os norte-americanos não se libertaram do liberalismo britânico tomando chá e comendo bolo às 5 horas da tarde ou convencendo os britânicos que apropriado que fossem livres. A cada 4 de julho, os norte-americanos celebram a vitória na Guerra da Independência contra a Grã-Bretanha.

Essa é a história das lutas anticoloniais; é uma história de insurgência; é uma história de luta armada na qual a violência do oprimido enfrenta a violência opressora. Portanto, o 7 de outubro não é um momento criminoso, como querem nos fazer crer os veículos monopolísticos de comunicação, o regime sionista e seus aliados. Eventualmente ocorreram violações de direitos humanos, o próprio Hamas reconhece essas violações. Mas tem que ser feita uma investigação independente a esse respeito, porque a versão que nós temos até agora é aquela do regime sionista, que vale tanto quanto uma nota de 3 reais.

Uma investigação independente e os responsáveis por essas violações devem ser levados aos tribunais, respondendo por elas. Ainda assim, o que nós tivemos no dia 7 de outubro foi uma reação legal, ética e historicamente justificada. Mas a resposta do regime sionista ao 7 de outubro é ilegal, antiética, desumana e deve ser condenada de forma irrestrita.

Diante de uma situação desse tipo, nós não podemos ter dúvidas de qual é o lado certo e moral da história. Não há outra possibilidade que não seja a solidariedade incondicional, geral e irrestrita ao povo palestino.